



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

XXXIV CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO TRABALHO
SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA-1ª Etapa- BLOCO I (Questões de 01 a 30) e BLOCO III (Questões
de 31 a 50)

31/outubro/2009

PROVA DE: DIREITO INDIVIDUAL E COLETIVO DO TRABALHO, DIREITO
ADMINISTRATIVO e DIREITO PENAL (BLOCO I); DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO
INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO E DIREITO
EMPRESARIAL (BLOCO III)

INSTRUÇÕES

1. Verifique se este caderno de prova contém 50 (cinquenta) questões.
2. Confira se o seu caderno está completo, solicitando outro aos fiscais, caso necessário.
3. Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
4. Use somente caneta esferográfica fornecida pelo fiscal e devolva-a na entrega da prova.
5. Os fiscais não darão qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é encargo do candidato.
6. Durante a realização das provas não serão permitidos: qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito; o uso de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações e o porte de arma.
7. Reputar-se-ão erradas as questões que contenham mais de uma resposta e as rasuradas, ainda que inteligíveis.
8. Não haverá substituição da Folha de Respostas.
9. Será automaticamente eliminado do concurso o candidato que for encontrado, durante a realização da prova, portando telefone celular, “pager” ou qualquer outro meio eletrônico de comunicação, bem como de computador portátil, inclusive “palms” ou similares e máquina datilográfica dotada de memória, mesmo que desligados ou sem uso.
10. Não será permitido ao candidato fumar nas dependências da Faculdade de acordo com a Lei Estadual nº 13.541, de 07 de maio de 2009.
11. Os 2 últimos candidatos, que permanecerem na sala, deverão aguardar o recolhimento da última prova para, então deixarem juntos o local.
12. A prova tem duração de quatro (04) horas.
13. Aguarde a ordem para abrir o caderno de questões.

COMISSÃO DO CONCURSO

Desembargador Decio Sebastião Daidone - Presidente do Tribunal e da Comissão do Concurso
Desembargador Luiz Antonio Moreira Vidigal
Advogado Ari Possidonio Beltran - Representante da OAB

COMISSÃO EXAMINADORA DA PROVA
TITULARES

Desembargadora Lizete Belido Barreto Rocha - Presidente da Comissão
Juiz Antero Arantes Martins
Advogada Ana Amélia Mascarenhas Camargos - Representante da OAB

SUPLENTES

Juíza Maria Cristina Christianini Trentini
Juiz Maurício Miguel Abou Assali
Advogado Wanderley de Oliveira Tedeschi – Representante da OAB

Obs.: O gabarito desta prova será publicado no dia 04 de novembro de 2009, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, no endereço eletrônico www.trtsp.jus.br.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

QUESTÃO 01 – Sobre as modalidades de contratos de trabalho quanto à sua duração, não está certo afirmar:

- A) Os pactos por tempo indeterminado são aqueles cuja duração temporal não tenha prefixado termo extintivo, mantendo a sua duração indefinida ao longo do tempo; se constituindo em regra geral da modalidade, razão pela qual a Jurisprudência sumulada lhe confere o *status* de presunção jurídica de existência na contratação de uma relação de emprego.
- B) Diversamente dos contratos a termo, os pactos por tempo indeterminado geram efeitos jurídicos repercutindo em três dimensões da relação contratual: na interrupção e suspensão contratuais, nas garantias especiais de emprego e efeitos rescisórios ligados à quantidade de títulos decorrentes da ruptura contratual.
- C) À luz da CLT, o contrato a termo somente será válido em se tratando de serviços cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo; de atividades empresariais de caráter transitório ou de contrato de experiência; sendo que os dois primeiros não poderão ser estipulados por mais de 02 (dois) anos e o último não poderá ultrapassar 90 (noventa) dias.
- D) Nos pactos por prazo determinado não poderá haver mais de uma prorrogação, sempre por prazo idêntico ao do contrato inicial, sob pena de passar a reger-se pelas normas dos contratos por prazo indeterminado.
- E) Além das hipóteses previstas na CLT, são hipóteses legais tipificadas de pactos de duração prefixada: do trabalhador temporário nos termos da lei 6.019/74; de artista profissional nos termos da Lei 6.533/78; contratos a termo instituídos por normas coletivas nos termos da Lei 9.601/98; contratos de atleta profissional nos termos da Lei 9.615/98.

QUESTÃO 02 – Sálvio Aleluia trabalhou na fábrica Beta Gama Industrial no período de 03/01/2007 até 14/01/2008, vindo a falecer em razão de acidente de trabalho ocorrido no interior da fábrica, em horário de expediente, por deficiência na manutenção de máquina (morte provocada culposamente pelo empregador). Nesta hipótese, é certo afirmar que:

- A) Opera-se a ruptura contratual cabendo ao empregador pagar aos herdeiros o saldo salarial dos dias trabalhados no mês da rescisão, 01/12 avos de 13º salário proporcional; férias vencidas com o terço constitucional, além de liberar as guias para saque dos depósitos do FGTS, com a multa rescisória de 40%, por ter colocado o empregado em perigo manifesto de mal considerável.
- B) Opera-se a ruptura contratual cabendo ao empregador pagar aos herdeiros o saldo salarial dos dias trabalhados no mês da rescisão, 12/12 avos de 13º salário proporcional; férias vencidas com o terço constitucional além de liberar as guias para saque dos depósitos do FGTS, entretanto sem a multa rescisória de 40%.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

- C) Tendo em vista que o falecimento do trabalhador é considerado como ruptura contratual por motivo de força maior alheio a vontade do empregador, cabe ao empregador apenas o pagamento do saldo salarial dos dias trabalhados e a liberação de guias para o saque dos depósitos do FGTS.
- D) Neste caso deve ser considerada a rescisão por culpa recíproca e é devido o pagamento do saldo salarial dos dias trabalhados, 50% do valor das férias vencidas com 1/3, 50% do valor do 13º salário, além da liberação de guias para o saque dos depósitos do FGTS com metade da multa de 40%.
- E) Nenhuma alternativa está correta.

QUESTÃO 03 – Em relação ao conceito legal de empregador para os efeitos exclusivos da relação de emprego é correto afirmar que:

- A) As instituições de beneficência somente podem ser empregadores quando integrantes do grupo econômico.
- B) Os profissionais liberais que não possuam regulamentação em órgão de classe não podem ser empregadores.
- C) Apenas nas hipóteses de trabalho eventual as instituições beneméritas sem fins lucrativos poderão contratar empregados.
- D) A empresa individual ou coletiva que assumir os riscos da atividade econômica somente poderá ser empregadora se o trabalhador lhe prestar serviços com exclusividade.
- E) Será empregador a pessoa física, jurídica ou entidade que, assumindo os riscos do empreendimento econômico, admitir, assalariar e dirigir a prestação pessoal do serviço de outra pessoa física.

QUESTÃO 04 – Assinale a alternativa incorreta:

- A) É permitida a transferência do empregado quando ocorrer extinção do estabelecimento em que o mesmo trabalhava.
- B) Caso o empregador determine a supressão do serviço extraordinário prestado com habitualidade, durante pelo menos 1 (um) ano, ficará assegurado ao empregado o direito à indenização.
- C) A transferência para o período diurno de trabalho implica a perda do direito ao adicional noturno.
- D) Não será considerada como transferência a alteração do local de trabalho que não acarrete necessariamente a mudança do domicílio do trabalhador.
- E) Por necessidade de serviço será permitida a transferência do empregado para localidade diversa daquela prevista no contrato, ficando o empregador sujeito a um pagamento suplementar não inferior a 25% dos salários do empregado, enquanto durar a transferência.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

QUESTÃO 05 – Conforme entendimento sumulado do TST, em matéria de equiparação salarial, não está certo afirmar que:

- A) Somente é válido o quadro de pessoal organizado em carreira quando homologado pelo Ministério do Trabalho, para os fins previstos no parágrafo 2º do artigo 461 da CLT, exceto para as entidades de direito público da administração direta, autárquica e fundacional quando aprovado por ato administrativo da autoridade competente.
- B) Considera-se o tempo de serviço do empregado na empresa para efeito de equiparação de salários em caso de trabalho de igual valor.
- C) Não é necessário que, ao tempo da reclamação sobre equiparação salarial, reclamante e paradigma estejam a serviço do estabelecimento, desde que o pedido se relacione a situação pretérita.
- D) O fato de que o desnível salarial tenha origem em decisão judicial que beneficiou o paradigma é irrelevante, desde que preenchidos os requisitos do artigo 461 da CLT, salvo se decorrente de vantagem pessoal.
- E) O conceito legal de “mesma localidade” refere-se ao mesmo município, ou a municípios distintos que, comprovadamente, pertençam à mesma região metropolitana.

QUESTÃO 06 – Assinale a alternativa incorreta:

- A) Será considerado empregado o sócio de uma micro-empresa contratada que prestou serviços de forma pessoal e direta ao contratante, ao qual esteve subordinado e que o remunerou por hora trabalhada, independentemente do resultado pretendido, ainda que não lhe tenha prestado serviços com exclusividade.
- B) Será considerado empregado o sócio de uma cooperativa de mão de obra que prestou serviços a uma empresa tomadora em atividade fim desta empresa, cumprindo horários, ordens de serviço e rotinas pré-determinadas por esta última, bem como recebendo valores mensais fixos com a rubrica de “produtividade mensal de cooperado”, ainda que tenha firmado termo de adesão à Cooperativa, por força do disposto no artigo 9º da CLT.
- C) Não será considerada empregada a manicure de salão de beleza que utiliza o espaço físico do contratante sem qualquer custo, emprega suas próprias ferramentas na execução dos serviços, divide o valor cobrado do cliente na proporção de 50%, recebe apenas pelos serviços realizados e controla a agenda de atendimento dos clientes conforme sua própria conveniência.
- D) O trabalhador avulso portuário que mantém registro no OGMO nos termos da Lei 8.630/93 e através do qual é feita a interposição da sua força de trabalho avulsa em face dos diversos tomadores de serviços, não mantém igualdade de direitos com o trabalhador com vínculo de emprego permanente.
- E) Não será considerado empregado o médico que presta residência médica em entidade hospitalar previamente credenciada perante a Comissão Nacional de Residência Médica, desde que preenchidos os requisitos da Lei 6.932/81, regulamentada pelo Decreto 80.281.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

QUESTÃO 07 – Sobre o atleta profissional de prática desportiva, conforme dispõe a Lei 9.615/98 (Lei Pelé), não é correto afirmar que:

- A) Não se pode admitir a incidência da cláusula penal quando o atleta mantém vínculo contratual até o termo final do prazo determinado pelas partes, vez que a cláusula é aplicável somente quando o pacto se extingue antecipadamente.
- B) O vínculo desportivo do atleta com a entidade desportiva contratante tem natureza acessória ao respectivo vínculo trabalhista, dissolvendo-se, para todos os efeitos legais, com o término da vigência do contrato de trabalho desportivo ou com o pagamento da cláusula penal ou ainda com a rescisão decorrente do inadimplemento salarial de responsabilidade da entidade desportiva empregadora prevista na Lei.
- C) O valor da cláusula penal será livremente estabelecido pelos contratantes até o limite máximo de cem vezes o montante da remuneração anual pactuada, salvo quando se tratar de transferência internacional, vez que neste último caso a cláusula penal não será objeto de qualquer limitação, desde que esteja expresso no respectivo contrato de trabalho desportivo.
- D) A entidade de prática desportiva empregadora que estiver com pagamento de salário, abono de férias, décimo terceiro salário, gratificações, prêmios e demais verbas inclusas no contrato de trabalho do atleta profissional em atraso, no todo ou em parte, por período igual ou superior a três meses, terá o contrato de trabalho daquele atleta rescindido, ficando o atleta livre para se transferir para qualquer outra agremiação.
- E) A mora contumaz não será considerada pelo não recolhimento do FGTS e das contribuições previdenciárias.

QUESTÃO 08 – Em relação ao empregado doméstico, nos termos da Lei 5.859/72:

- I. É vedado ao empregador doméstico efetuar descontos no salário do empregado em razão do fornecimento de alimentação, vestuário higiene e moradia, sendo que em relação a este último item somente poderá haver desconto caso a moradia se referir a local diverso da residência onde ocorrer a prestação dos serviços, sempre com o expresso acordo entre as partes.
- II. As despesas com fornecimento de alimentação, vestuário higiene e moradia terão natureza salarial, bem como serão incorporadas a remuneração do empregado apenas se ultrapassarem 50% do valor do seu salário mensal.
- III. É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada doméstica gestante desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto.
- IV. O empregado doméstico que for dispensado sem justa causa fará jus ao benefício do seguro desemprego de que trata a Lei 7.998/90, no valor de um salário mínimo, desde que inscrito no FGTS e tenha trabalhado como doméstico por um período mínimo de 15 (quinze) meses nos últimos 24 (vinte e quatro) meses contados da dispensa sem justa causa.
- V. Todas as hipóteses previstas no artigo 482 da CLT serão consideradas como motivos que fundamentam a justa causa para rescisão contratual do empregado doméstico.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Estão corretas as proposições:

- A) Somente I, II e IV.
- B) Somente II, III e V.
- C) Somente I, III e IV.
- D) Somente II, III e V
- E) Todas estão corretas.

QUESTÃO 09 – Quanto ao instituto do aviso prévio, assinale a alternativa que está correta:

- A) O período do aviso prévio será oito dias, se o pagamento for efetuado por semana ou tempo inferior, e de trinta dias aos que perceberem por quinzena ou mês.
- B) O direito ao aviso prévio é irrenunciável pelo empregado, sendo devido o seu pagamento, ainda que haja comprovação de que o prestador dos serviços obteve novo emprego.
- C) O aviso prévio, proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, é devido também na hipótese de rescisão indireta.
- D) A falta de aviso por parte do empregado dá ao empregador o direito de descontar os salários correspondentes ao prazo respectivo, desde que assim ajustado no contrato de trabalho.
- E) É facultado ao empregado trabalhar sem a redução da jornada diária durante o período do aviso prévio, caso em que poderá faltar ao serviço, sem prejuízo do salário integral, por 5 (cinco) dias corridos.

QUESTÃO 10 – Em se tratando de normas especiais de tutela do trabalho, é correto:

- A) Para o ferroviário, considera-se de “sobreaviso” o trabalhador que ficar nas dependências da estrada de ferro, aguardando ordens na escala máxima de 12 (doze) horas, sendo que tais horas serão contadas à razão de 2/3 (dois terços) do salário-hora normal.
- B) A duração normal do trabalho dos jornalistas profissionais empregados não excederá 7 (sete) horas de dia e 5 (cinco) horas à noite.
- C) Para os empregados que trabalham no interior das câmaras frigoríficas e para os que movimentam mercadorias do ambiente quente ou normal para o frio e vice-versa, depois de 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos de trabalho contínuo, será assegurado um período de 20 (vinte) minutos de repouso, não computado esse intervalo como tempo de trabalho efetivo.
- D) A duração normal do trabalho dos operadores cinematográficos e dos ascensoristas não excederá 6 (seis) horas diárias.
- E) Num mesmo estabelecimento de ensino não poderá o professor dar, por dia, mais de 4 (quatro) aulas consecutivas, nem mais de 8 (oito), intercaladas.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

QUESTÃO 11 – Sobre os institutos da suspensão e interrupção dos efeitos do contrato de trabalho:

- I. O afastamento previdenciário não suspende o contrato de trabalho por prazo determinado, que encerra no seu termo, salvo se houver ajuste expresso das partes em sentido contrário.
- II. O afastamento do empregado em razão do serviço militar compulsório e normal implica em interrupção do contrato de trabalho, devendo comunicar em 90 (noventa) dias da baixa o seu interesse ao retorno do emprego.
- III. Ao empregado em gozo de férias são asseguradas, por ocasião de sua volta ao trabalho, todas as vantagens concedidas à sua categoria na empresa.
- IV. O empregado aposentado por invalidez terá o contrato de trabalho interrompido durante o prazo fixado pelas leis da previdência social para efetivação do benefício, não sendo assegurado o retorno ao emprego após este prazo.

É certo afirmar que:

- A) Apenas as assertivas I e III estão corretas
- B) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- C) Todas as assertivas estão corretas.
- D) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- E) Apenas a assertiva I está correta.

QUESTÃO 12 – São considerados motivos justificados para abono de faltas ao serviço, sem prejuízo do salário ou aplicação de outra punição:

- A) O afastamento por 03 (três) dias consecutivos, em caso de falecimento de cônjuge, ascendente, descendente e irmão.
- B) O afastamento por 01 (um) dia a cada 06 (seis) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.
- C) O afastamento nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior.
- D) As horas em que o empregado compareceu como parte na Justiça do Trabalho, limitado ao período de 05 horas visto que, no termos do artigo 813 da CLT as audiências não poderão ultrapassar este tempo.
- E) O tempo em que o empregado, na qualidade de representante de entidade sindical, estiver participando de reunião oficial da Organização Internacional do Trabalho – OIT, desde que não exceda 30 (trinta) dias.

QUESTÃO 13 – Analise as proposições abaixo em consonância com a lei e o atual entendimento sumulado do TST e responda:

- I. Enquanto durar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, inclusive nas férias, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

- II. Vago o cargo em definitivo, o empregado que passa a ocupá-lo não terá direito a salário igual ao percebido pelo seu antecessor
- III. Tendo em vista que as Leis 3.999/61 e 4.950/66 apenas estabelecem o salário mínimo profissional para jornada de 04 (quatro) horas aos médicos e de 06 (seis) horas para os engenheiros, não há que se falar em horas extras, salvo as excedentes da oitava diária, desde que respeitado o salário mínimo/horário das categorias.
- IV. O empregado terá *jus* ao pagamento do décimo terceiro salário proporcional quando for despedido sem justa causa, quando se extingue o contrato a prazo e quando a rescisão contratual ocorrer por sua iniciativa.

É certo afirmar que:

- A) Estão corretas apenas as alternativas I, II e IV.
- B) Estão corretas apenas as alternativas III e IV.
- C) Estão corretas apenas as alternativas I e III.
- D) Não está correta apenas a alternativa II.
- E) Todas alternativas estão corretas.

QUESTÃO 14 – Dentre as várias formas de contraprestação salarial do empregado, é correto afirmar que:

- A) As gratificações somente poderão ser pactuadas para pagamento de forma mensal.
- B) O pagamento de percentagem não pode ser a única forma de retribuição salarial do empregado, até mesmo porque, o pagamento efetuado por tal modalidade nem sempre observará o salário mínimo.
- C) As comissões não podem ser pagas em período superior a um mês, ainda que mediante acordo bilateral.
- D) Nas transações realizadas por prestações sucessivas, é exigível o pagamento das comissões sobre as parcelas não liquidadas quanto às vendas já ultimadas, mesmo na hipótese de rescisão do contrato de trabalho por falta grave cometida pelo empregado.
- E) É permitido ao empregado exigir o pagamento de comissões e percentagens antes mesmo de ultimada a transação que lhe deu origem.

QUESTÃO 15 – Quanto ao instituto da prescrição trabalhista, conforme atual entendimento sumulado do TST, não é correto afirmar:

- A) Tratando-se de pedido de complementação de aposentadoria oriunda de norma regulamentar e jamais paga ao ex-empregado, a prescrição aplicável é a total, começando-se a fluir o biênio a partir da aposentadoria.
- B) Da extinção do último contrato começa a fluir o prazo prescricional do direito de ação em que se objetiva a soma de períodos descontínuos de trabalho.
- C) A prescrição da pretensão relativa às parcelas remuneratórias não alcança o respectivo recolhimento da contribuição para o FGTS.
- D) Na ação que objetive corrigir desvio funcional, a prescrição só alcança as diferenças salariais vencidas no período de 5 (cinco) anos que precedeu o ajuizamento.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

- E) Tratando-se de ação que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração do pactuado, a prescrição é total, exceto quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei.

QUESTÃO 16 – Sobre salário e remuneração, analise as assertivas e responda:

- I. Em tese, as parcelas denominadas “diárias para viagem” e “ajuda de custo” possuem natureza indenizatória, mas o legislador criou um critério objetivo de identificação da natureza jurídica destas figuras ao determinar que terão natureza salarial e comporão a remuneração do trabalhador as “diárias para viagem” e “ajuda de custo” que não excedam 50% (cinquenta por cento) do salário percebido pelo empregado.
- II. Compreende-se no conceito jurídico de gorjeta a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado do restaurante, como aquela que for cobrada na nota de serviço e integrarão a remuneração do empregado, exceto para cálculo de férias indenizadas com 1/3, horas extras, adicional noturno, dsr’s e aviso prévio.
- III. Os uniformes utilizados pelos vendedores de lojas de departamento para facilitar a sua identificação pelo cliente se constituem em utilidades concedidas pelo empregador sem natureza salarial.
- IV. O ônibus fretado fornecido pelo empregador ao trabalhador para o seu deslocamento para o trabalho e retorno não terá natureza salarial desde que o percurso não seja servido por transporte público.
- V. Nula é a cláusula contratual que fixa determinada importância ou percentagem para atender englobadamente vários direitos legais ou contratuais do trabalhador.

- A) As assertivas I, III e V estão corretas.
- B) Apenas as assertivas II e IV estão incorretas.
- C) Somente as assertivas III e V estão corretas.
- D) Apenas as assertivas I e IV estão incorretas.
- E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 17 – Assinale a assertiva que não está correta:

- A) Os adicionais de insalubridade, de periculosidade, de penosidade, de transferência, noturno e de horas extras são considerados “adicionais legais abrangentes”, desde que o trabalhador se encontre situado nas circunstâncias legalmente tipificadas; sendo que apenas um deles ainda se encontra sem tipificação legal no âmbito trabalhista.
- B) O adicional por acúmulo de função previsto para os radialistas na Lei 6.615/78 e para os vendedores, viajantes ou praticistas na Lei 3207/57 é um exemplo de “adicional legal restrito” vez que se aplica a categorias específicas e delimitadas de empregados, legalmente referidas, desde que o trabalhador se encontre situado nas circunstâncias ensejadoras do adicional.
- C) A reclassificação ou descaracterização da insalubridade, por ato da autoridade competente, repercute na satisfação do respectivo adicional, sem ofensa a direito adquirido ou ao princípio da irredutibilidade salarial.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

- D) A verificação mediante prova pericial de prestação dos serviços em condições nocivas, considerado agente insalubre diverso do apontado na inicial, não prejudica o pedido de adicional de insalubridade.
- E) O trabalho em condições de periculosidade, assim entendidas como aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem no contato com inflamáveis, explosivos ou exposição à energia elétrica de alta voltagem, assegura ao empregado o pagamento de um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário acrescido de gratificações, prêmios ou participação nos lucros da empresa.

QUESTÃO 18 – Analise as seguintes proposições sobre terceirização à luz dos diplomas legais e súmula de jurisprudência do TST e responda:

- I. Em regra é ilegal a contratação de trabalhador por empresa interposta, formando-se o vínculo de emprego diretamente com o tomador de serviços como forma de proibir-se o “*merchandage*”.
- II. Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação indireta de serviços de vigilância, limpeza e conservação, bem como qualquer tipo de serviços especializados relacionados com a atividade finalística da empresa tomadora.
- III. O Decreto-Lei 200/67 e a Lei 5645/70 autorizam expressamente a subcontratação de mão de obra no âmbito de entidades estatais ligadas a atividades meramente instrumentais como, por exemplo, aquelas relacionadas com transporte, conservação, operação de elevadores, limpeza.
- IV. O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, exceto quanto aos órgãos da administração direta, autarquias e fundações públicas visto que não se forma o vínculo com estes entes públicos em razão do disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal.
- V. É lícita a terceirização no caso de trabalho temporário regido pela Lei 6.019/74, sendo que fica assegurado ao trabalhador terceirizado o “salário equitativo” em relação ao percebido pelos empregados da mesma categoria da empresa tomadora.

- A) Estão corretas todas as assertivas.
- B) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- C) Estão corretas apenas as assertivas III e V.
- D) Está incorreta apenas a assertiva IV.
- E) Estão incorretas apenas as assertivas II e IV.

QUESTÃO 19 – Em relação ao trabalho portuário, marque a alternativa incorreta:

- A) Cabe ao operador portuário recolher ao órgão gestor de mão-de-obra os valores devidos pelos serviços executados, referentes à remuneração por navio, acrescidos dos percentuais relativos ao 13º salário, férias com 1/3, FGTS, encargos fiscais e previdenciários, no prazo de 24 horas da realização do serviço, para viabilizar o pagamento ao trabalhador portuário avulso.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

- B) O órgão gestor de mão-de-obra depositará as parcelas referentes às férias com 1/3 e ao 13º salário, separada e respectivamente, em contas individuais vinculadas, sobre as quais deverão incidir rendimentos mensais com base nos parâmetros fixados para atualização dos saldos dos depósitos de poupança.
- C) O operador portuário e o órgão gestor de mão-de-obra são solidariamente responsáveis pelo pagamento dos encargos trabalhistas, das contribuições previdenciárias e demais obrigações, inclusive acessórias, devidas à Seguridade Social, arrecadadas pelo INSS.
- D) Na escalação diária do trabalhador portuário avulso deverá sempre ser observado um intervalo mínimo de doze horas consecutivas entre duas jornadas, salvo em situações excepcionais, constantes de acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- E) A administração do fornecimento da mão-de-obra pelo órgão de gestão de mão de obra, não implica vínculo empregatício com trabalhador portuário avulso.

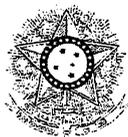
QUESTÃO 20 – Sobre as férias anuais remuneradas, está correto afirmar que:

- A) Quando o salário for pago por hora com jornadas variáveis, apurar-se-á a média dos últimos três meses do período aquisitivo, aplicando-se o valor do salário na data da concessão das férias.
- B) Os adicionais por trabalho extraordinário, noturno, insalubre ou perigoso serão computados no salário que servirá de base de cálculo da remuneração de férias.
- C) Quando o salário for pago por percentagem, comissão ou viagem, apurar-se-á a média percebida pelo empregado nos últimos seis meses que procederam à concessão das férias.
- D) Caso reste ultrapassado o período concessivo sem o efetivo usufruto do período de férias respectivo, cabe ao empregador optar pelo pagamento em dobro da respectiva remuneração sem o afastamento do empregado ou o pagamento de forma simples com o afastamento do empregado pelo dobro do período de descanso a que teria *jus*.
- E) É faculdade do empregador a escolha da época de concessão das férias, bem como a conversão de 10 dias do período de férias em abono pecuniário.

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

QUESTÃO 21 - Analise as proposituras abaixo e responda:

- I. A similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica compõe a chamada categoria diferenciada.
- II. A categoria diferenciada é composta por empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força do estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares.
- III. Ao contrato de trabalho do empregado enquadrado na categoria diferenciada aplica-se sempre a convenção coletiva específica daquela categoria diferenciada e nunca a da categoria preponderante da empresa.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

IV. Empregado integrante de categoria profissional diferenciada só tem direito às vantagens previstas em instrumento coletivo de sua categoria diferenciada, quando o sindicato representante de seu empregador participou de negociação coletiva com órgão de classe de sua categoria.

- A) São verdadeiras as proposições II e IV.
- B) Apenas a proposição II está correta.
- C) Apenas a proposição IV é falsa.
- D) São verdadeiras as proposições I e III.
- E) São corretas as proposições I e IV.

QUESTÃO 22 – Analise as assertivas sobre a matéria sindical no Brasil e responda:

- I. O sistema da “unicidade sindical” foi implantado nos idos de 1930 e prevalece até hoje com previsão expressa da Constituição Federal em vigência, sendo vedada a criação de mais de uma entidade sindical, seja qual for o grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que não poderá ser inferior à área de um Município.
- II. Prevalece o critério do sindicato vertical, sendo que o modelo de sindicato horizontal está restrito às categorias diferenciadas.
- III. A contribuição sindical é compulsória e possui previsão legal contida na CLT, devendo ser recolhida uma vez por ano, na importância correspondente a remuneração de 1 (um) dia de trabalho para os empregados, qualquer que seja a forma da referida remuneração.
- IV. A distinção entre a contribuição assistencial e a confederativa reside em dois aspectos: a natureza tributária e o caráter compulsório da primeira.
- V. A legislação sindical brasileira não distingue a associação profissional do sindicato, pois ambos podem ser constituídos para fins de estudo, defesa e coordenação de seus interesses profissionais e estão investidos da prerrogativa de representação da categoria.

- A) As alternativas II, III e V estão corretas.
- B) Somente as alternativas I, II e III estão corretas.
- C) As alternativas I, II, III e IV estão corretas.
- D) Apenas as alternativas I e IV estão incorretas.
- E) As alternativas I, II e IV estão incorretas.

QUESTÃO 23 – Analise as seguintes assertivas sobre o direito de greve nas atividades do setor privado e responda:

- I. Podem os trabalhadores, uma vez deflagrada a greve, realizar manifestações e atos de persuasão, impedindo, inclusive, o acesso ao trabalho, sem o que o movimento seria esvaziado e perderia força, mas é terminantemente vedada a prática de atos que causem ameaça ou dano à propriedade ou pessoa.



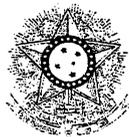
PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

- II. Em nenhuma hipótese é permitido ao empregador, durante a greve, rescindir contratos de empregados que aderirem ao movimento paretista ou mesmo contratar pessoal para substituir os grevistas.
 - III. O “*locaute*” é permitido desde quando exercido nos limites e condições estabelecidos para o direito de greve.
 - IV. A ocorrência de greve durante a vigência de acordo, convenção ou sentença normativa da Justiça do Trabalho implica abuso de direito, ressalvando-se, apenas, aquela tendente a exigir o cumprimento de cláusula ou condição.
 - V. Em se tratando de serviços ou atividades essenciais como transporte coletivo, captação e tratamento de esgoto e lixo, telecomunicações, controle de tráfico aéreo, a greve o aviso prévio da greve ao empregador e aos usuários será de 48 horas, devendo ser assegurada a manutenção de 30% do serviço.
- A) Apenas a proposição II é correta.
 - B) Apenas as proposições II e III são corretas.
 - C) Apenas as proposições I, II e III são corretas.
 - D) Todas estão corretas.
 - E) Todas estão incorretas.

QUESTÃO 24 - Analise as proposituras abaixo e responda:

- I. Conforme legislação específica, a participação em greve suspende o contrato de trabalho, devendo as obrigações durante o período ser regidas pelo acordo, convenção coletiva, laudo arbitral ou decisão da Justiça do Trabalho, que podem inclusive decidirem pelo pagamento dos dias parados.
 - II. Nos casos de greve em atividades essenciais, os sindicatos e os empregadores ficam obrigados a garantir durante a greve a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, de acordo com determinação judicial emitida em audiência de conciliação.
 - III. Constitui abuso de direito de greve a continuação da paralisação após celebrado o acordo, convenção ou decisão da Justiça do Trabalho.
 - IV. Caberá à entidade sindical correspondente convocar , na forma prevista em lei específica, assembléia geral que definirá as reivindicações da categoria e deliberará sobre a paralisação coletiva da prestação de serviços.
- A) São verdadeiras as proposituras II e IV.
 - B) Apenas a propositura II está correta.
 - C) Apenas a propositura IV é falsa.
 - D) São verdadeiras as proposituras I e III.
 - E) São corretas as proposituras I e IV.

QUESTÃO 25 - Analise as proposituras abaixo e responda:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

- I. A Constituição Federal prevê que a assembléia geral fixará contribuição para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva independentemente daquela prevista em Lei;
 - II. O Excelso Supremo Tribunal Federal pacificou entendimento através de Súmula de jurisprudência no sentido de que é inconstitucional a fixação de contribuição confederativa aos trabalhadores da categoria, sejam filiados ou não ao sindicato, dada a natureza tributária desta fixação, de competência exclusiva de ente público ao qual não se equipara o sindicato;
 - III. Segundo entendimento pacificado pelo Colendo Tribunal Superior do Trabalho em precedente normativo, é lícita a criação de contribuição assistencial a ser paga por todos os empregados da categoria, associados ou não ao sindicato, desde que seja garantido o direito de oposição.
 - IV. Segundo regramento da Organização Internacional do Trabalho e Princípios Gerais que regem o Direito Coletivo do Trabalho, é facultado aos sindicatos profissionais criar fontes de custeio de sua atuação sindical a ser satisfeita pela classe patronal, desde que tal contribuição seja fixada em Convenção Coletiva de Trabalho ou Contrato Coletivo de Trabalho, vedada apenas a sua criação por Acordo Coletivo de Trabalho.
- A) São verdadeiras as proposições I, III e IV.
B) Apenas a proposição I está correta.
C) Apenas a proposição IV é falsa.
D) São verdadeiras as proposições I e III.
E) São corretas as proposições I e II.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 26 - Na administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- I. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- II. A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- III. O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- IV. Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

- V. As funções de confiança, exercidas preferencialmente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Diante das assertivas supra, assinale:

- A) As assertivas I e III estão incorretas e as demais estão corretas.
- B) A assertiva V está incorreta e as demais estão corretas.
- C) As assertivas II e IV estão corretas e as demais estão incorretas.
- D) A assertiva III está incorreta e as demais estão corretas.
- E) As assertivas IV e V estão incorretas e as demais estão corretas.

QUESTÃO 27 – Analise as assertivas abaixo no que tange ao Ato Administrativo:

- I. Consumado é aquele que produziu todos os seus efeitos, tornando-se por isso mesmo, irreatável.
- II. Pendente é aquele que, embora perfeito, não produz efeitos por não verificado o termo ou a condição de que depende sua operatividade.
- III. Perfeito é aquele que reúne todos os elementos necessários à sua exequibilidade ou operatividade, apresentando-se apto e disponível para produzir seus regulares efeitos.
- IV. Imperfeito é aquele se apresenta incompleto na sua formação ou carente de ato complementar para tornar-se exequível e operante.

- A) A assertiva II está incorreta e as demais estão corretas.
- B) A assertiva I está incorreta e as demais estão corretas.
- C) A assertiva III está incorreta e as demais estão corretas.
- D) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 28 – Analise as assertivas abaixo quanto aos poderes administrativos.

- I. Poder discricionário é aquele que o Direito Positivo confere à Administração Pública para a prática de ato de sua competência, determinando os elementos e requisitos necessários à sua formalização.
- II. Poder vinculado é aquele que o direito concede à Administração para a prática de atos administrativos com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo.
- III. Poder hierárquico é o que dispõe o poder executivo para distribuir e escalonar funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecimento a relação de subordinação entre os servidores do quadro de pessoal.
- IV. Poder disciplinar é a faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da administração.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Diante das proposições supra, responda:

- A) Todas as assertivas estão corretas.
- B) A assertiva II está incorreta e as demais estão corretas.
- C) A assertiva I está incorreta e as demais estão corretas.
- D) A assertiva III está incorreta e as demais estão corretas.
- E) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.

DIREITO PENAL

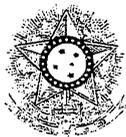
QUESTÃO 29 – O empregado Xisto Valente não conseguiu acordar no horário habitual para ir ao trabalho na segunda-feira. Para não sofrer desconto salarial, procurou um consultório médico particular. Após a consulta o médico constatou que não havia nenhuma enfermidade que pudesse justificar sua ausência ao trabalho. Após o pagamento de certa quantia, conseguiu um atestado forjado em que o médico atestou que o paciente necessitaria de dois dias de repouso, em razão de doença. Após dois dias, Xisto entregou o atestado médico ao departamento de pessoal da empresa, tendo sido abonadas as suas faltas.

Na situação descrita, o médico e o empregado Xisto cometeram, respectivamente, quais tipos penais:

- A) Falsidade ideológica e falsificação de documento particular.
- B) Falsidade material de documento ou certidão e falsidade ideológica.
- C) Falsidade de atestado médico e uso de documento falso.
- D) Falsificação de documento público e supressão de documento.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 30 – Durante audiência de instrução, debates e julgamento o Magistrado verifica que a testemunha A está negando a verdade, diante de pergunta sobre fato a respeito do qual a testemunha tinha conhecimento, mas esta se negou a responder, alegando que foi orientada pelo advogado da parte.

- A) Não houve crime falso testemunho por parte da testemunha, posto que não mentiu, apenas negou a verdade, mas houve crime por parte do advogado de incitação à prática de delito.
- B) Houve crime de falsidade por parte da testemunha e o advogado responde como partícipe do crime.
- C) Não houve crime falso porque a testemunha não mentiu, apenas negou a verdade.
- D) Houve falso testemunho por parte da testemunha e do advogado em co-autoria direta.
- E) Houve falso testemunho por parte da testemunha, mas o advogado não é partícipe, nem co-autor desse fato, por se tratar de crime de mão própria.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

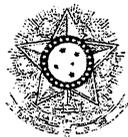
QUESTÃO 31 – Analise as proposituras abaixo e responda:

- I. A ação de consignação em pagamento tem lugar, por exemplo, na hipótese de recusa injustificada do empregado de recebimento de verbas rescisórias incontroversas no prazo legal, a fim de evitar a mora e a multa pelo pagamento serôdio.
- II. A concessão do arresto depende de prova literal da dívida líquida e certa, equiparando-se a esta a sentença, líquida ou ilíquida, desde que transitada em julgado, condenando o devedor ao pagamento em dinheiro ou de prestação que em dinheiro possa converter-se.
- III. A ação de prestação de contas pode ser interposta tanto por quem tiver o direito de exigi-las quanto por aquele que tem a obrigação de prestá-las.
- IV. O protesto interruptivo da prescrição depende de demonstração de legítimo interesse da parte autora, sendo este correspondente ao binômio contemplado no interesse processual previsto no art. 3º do CPC; Para tanto, a requerente deve demonstrar o motivo pelo qual pretende a interrupção da fluência do prazo prescricional, bem como especificar o objeto a ser vindicado em futura reclamação trabalhista. Por se tratar de ação cautelar, o réu deve contestar em cinco dias, ocasião em que, nos mesmos autos, apresentará contraprotesto.
- V. No pedido de exibição de documento, incidental ou preparatório, não é dado ao réu o direito de recusar a exibição, em face ao dever de colaboração para com o Poder Judiciário que é imputado às partes na busca da verdade dos fatos.

- A) São verdadeiras as assertivas I e III.
- B) Apenas a propositura V é falsa.
- C) São verdadeiras apenas as assertivas III e V.
- D) Apenas a propositura IV é falsa.
- E) As assertivas I e IV são corretas.

QUESTÃO 32 – Assinale a alternativa correta:

- A) Se o devedor é proprietário de vários imóveis, mas um único destinado a residência, este deve ser considerado com bem de família, independentemente de seu valor e/ou de registro no Cartório de Registro de Imóveis.
- B) Se o devedor é proprietário de vários imóveis, ainda que resida num único, e nenhum deles for registrado no Cartório de Registro de Imóveis como sendo bem de família, assim será considerado o de menor valor.
- C) Se o devedor registrar no Cartório de Registro de Imóveis um determinado imóvel como bem de família, será este assim considerado, ainda que resida em outro de maior ou menor valor.
- D) A impenhorabilidade do imóvel considerado bem de família não é absoluta, podendo ser afastada em favor de determinadas dívidas previstas na própria lei, como, por exemplo, os créditos trabalhistas em geral.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

- E) Se o devedor é proprietário de vários imóveis, ainda que resida num único, será considerado como bem de família o de menor valor.

QUESTÃO 33 – Assinale a alternativa incorreta:

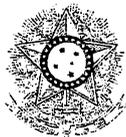
- A) É lícito ao advogado que não é parte e nem atua na causa como mandatário, recusar o cumprimento de ordem judicial para a exibição de documento que esteja em sua posse e implique em divulgação de fatos a cujo respeito deva guardar segredo em virtude de sua profissão.
- B) Impugnado o documento cessa-lhe a presunção de veracidade, competindo à parte que o apresentou provar a autenticidade do mesmo, salvo em se tratando de falsidade da assinatura, quando o ônus da prova será da parte impugnante.
- C) Por definição legal é impedida de depor a testemunha que for colateral até o terceiro grau, de alguma das partes, por consangüinidade ou afinidade.
- D) Sendo estritamente necessário o juiz ouvirá as testemunhas suspeitas e até mesmo as impedidas, mas, nestes casos, não lhes prestará compromisso.
- E) Depois de arroladas as testemunhas as partes não poderão substituí-las, exceto no caso de morte, enfermidade que as impeça de depor ou na hipótese de não serem localizadas pelo oficial de justiça.

QUESTÃO 34 – Assinale a alternativa correta:

- A) É vedado à parte renunciar ao prazo peremptório, de ordem pública, mesmo que estabelecido exclusivamente a seu favor.
- B) Se, intimado a devolver o autos, o advogado não o fizer em 24 (vinte e quatro) horas, perderá o direito à vista dos autos fora de cartório e sofrerá multa a ser judicialmente fixada até um décuplo do salário mínimo.
- C) O prazo, estabelecido pela lei ou pelo juiz, é contínuo, não se interrompendo nos feriados ou no recesso. Findo o prazo no curso do feriado ou recesso, fica o seu termo prorrogado ao primeiro dia útil subsequente.
- D) É defeso às partes e ao juiz a prorrogação dos prazos peremptórios os quais, uma vez vencidos, acarretam na perda do direito de praticar o ato independentemente de declaração judicial.
- E) Se o advogado não devolver os autos ao término do prazo legal, independentemente de intimação para tanto, o Juiz desentranhará sua manifestação e os documentos que juntar, ainda que protocolizados tempestivamente.

QUESTÃO 35 – Assinale a alternativa incorreta:

- A) A ação de embargos de terceiro tem por parte ativa legítima aquele que não sendo parte no processo, sofre constrição judicial sobre seus bens. Não se presta para aquele que, incluído no feito na fase executiva, visa alegar sua ilegitimidade de parte na execução, posto que, a esta altura, já é parte.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

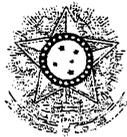
- B) A ação de embargos de terceiro é incidental, tem natureza constitutiva negativa porque visa deconstituir a constrição judicial, e, por conseguinte, exige como condição para sua propositura que o embargante, já na petição inicial, faça prova do arresto ou penhora sobre bem de sua propriedade ou posse, não sendo suficiente a mera turbação da posse.
- C) Na ação de embargos de terceiro incidental à execução o embargado é necessariamente o exequente, a quem a constrição judicial aproveita, ainda que a penhora recaia sobre bem indicado pelo devedor da ação principal.
- D) O prazo para interposição dos embargos de terceiro é de até cinco dias depois da arrematação, adjudicação ou remição, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta.
- E) Na petição inicial dos embargos de terceiro, além de obedecer os requisitos do art. 282 do Código de Processo Civil, o embargante deve ainda fazer prova, ainda que sumária, de sua posse, facultando-se que tal prova seja feita em audiência, devendo a peça vestibular vir acompanhada, desde logo, do rol de testemunhas.

QUESTÃO 36 – Assinale a alternativa incorreta:

- A) Denomina-se coisa julgada material o efeito da sentença que resolve a lide com exame do mérito da causa e lhe outorga caráter de imperatividade, impossibilitando a rediscussão do conflito no âmbito do Poder Judiciário, salvo por ação rescisória.
- B) Denomina-se coisa julgada formal a circunstância do processo na qual o a sentença não é mais atacável por recurso de qualquer natureza, outorgando-lhe caráter de imutabilidade. Toda sentença, definitiva ou terminativa, está apta a produzir coisa julgada formal.
- C) Nas relações continuativas a sentença que resolve o mérito do conflito não produz coisa julgada material, posto que a lide pode ser novamente objeto de discussão perante o Poder Judiciário mediante ação revisional, sempre que sobrevier modificação do estado de fato ou de direito.
- D) A sentença que reconhece a litispendência, preempção ou coisa julgada extingue o processo sem resolução do mérito, sendo, pois, terminativa. Entretanto, produz um dos efeitos da coisa julgada material, na medida em que não se permite a propositura de nova ação com o mesmo objeto.
- E) As sentenças proferidas em ações cautelares, sejam terminativas ou definitivas, não produzem coisa julgada, seja formal, seja material, dada a natureza instrumental e acessória destas ações, sempre sujeitas ao resultado final da ação principal.

QUESTÃO 37 – Assinale a alternativa incorreta:

- A) É lícito ao autor cumular vários pedidos no mesmo processo, observando-se, porém, a compatibilidade lógica entre os mesmos, sob pena de indeferimento da petição inicial por inépcia.
- B) A pretensão inicial pode versar exclusivamente sobre a declaração da existência ou inexistência de uma relação jurídica entre as partes, sem conseqüências patrimoniais diretas.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

- C) A ação anulatória pode abranger toda a relação jurídica ou apenas parte dela, e tem sempre natureza constitutiva negativa.
- D) Tendo o autor a necessidade de formular pretensões dirigidas ao réu que sejam incompatíveis entre si, deve valer-se do pedido alternativo, possibilitando ao juiz que, no indeferimento do pedido principal, julgue a pretensão secundária.
- E) Em regra o pedido deve ser certo e determinado. Em algumas hipóteses, porém, o pedido pode ser genérico, como, por exemplo, quando não for possível determinar, de modo definitivo, as conseqüências do ato ou do fato ilícito

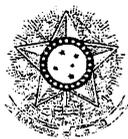
QUESTÃO 38 - Analise as proposituras abaixo e responda:

- I. O interesse de agir afigura-se como condição para o exercício do direito constitucional de ação. Divide-se em *necessidade da tutela jurisdicional* e *adequação da tutela jurisdicional*. Da *necessidade* pode-se extrair a conclusão no sentido de que o Poder Judiciário não é órgão de consulta e não discute direito em tese. A tutela jurisdicional deve alcançar efetiva lesão ou ameaça a direito. Da *adequação* pode-se concluir que a tutela jurisdicional postulada deve ser apta a solucionar a lesão ou ameaça ao direito do autor.
- II. Ao esposar, na petição inicial, pretensão dirigida ao réu que seja contrária ao ordenamento jurídico, ou não esteja prevista em lei, o autor deve ser considerado carecedor da ação por *impossibilidade jurídica do pedido* que se apresenta como uma das condições da ação.
- III. A legitimidade de parte, ativa ou passiva, está voltada à apreciação da possibilidade de entrega da tutela jurisdicional *em tese*, não se levando em conta, neste momento, a existência do efetivo direito vindicado e/ou da efetiva responsabilidade do réu na satisfação deste direito.
- IV. As condições da ação são conseqüentes e não antecedentes, ou seja, devem ser verificadas pelo juiz no momento em que a sentença será proferida. Assim, é possível, por exemplo, que o autor tivesse interesse de agir ao propor a ação e já não o tenha mais quando do momento em que for julgada esta ação, quando, então, o juiz deverá extinguir o feito sem resolução do mérito.
- V. O direito de ação é definido pela doutrina como um direito abstrato, posto que o seu exercício está ligado à efetiva existência do direito material vindicado.

Assinale a correta:

- A) São verdadeiras apenas as assertivas I e III.
- B) São verdadeiras apenas as assertivas I, II e III.
- C) São verdadeiras apenas as assertivas I, II e V
- D) São verdadeiras apenas as assertivas I, III e IV.
- E) Todas as assertivas são verdadeiras.

QUESTÃO 39 – Assinale a alternativa correta:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

- A) É hipótese de denunciação da lide àquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar o prejuízo do que perder a demanda, autor ou réu. Julgada procedente a denunciação da lide, a execução do denunciado dar-se-á nos próprios autos.
- B) É admissível assistência por todo aquele que, tendo interesse jurídico ou econômico na obtenção de sentença favorável a uma das partes. A intervenção é admissível em qualquer tipo e procedimento e em qualquer grau de jurisdição, mas o assistente recebe o processo no estado em que se encontrar.
- C) Na hipótese de nomeação à autoria o nomeado por recusar a nomeação. Nesta situação o feito prosseguirá normalmente contra o nomeante. Caso o nomeado aceite a nomeação à autoria, o feito prosseguirá contra este, excluindo-se do pólo passivo o nomeante. Pode-se dizer, assim, que a nomeação à autoria é modalidade de intervenção de terceiros que permite a substituição, no pólo passivo, da parte ilegítima pela parte legítima.
- D) A oposição tem natureza jurídica de ação incidental, demandando que os opostos sejam citados pessoalmente para oferecer resposta. Se um dos opostos reconhecer a procedência do pedido a oposição prosseguirá contra o outro.
- E) É admissível a denunciação da lide de todos os devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns deles, parcial ou totalmente, a dívida comum.

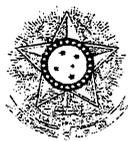
QUESTÃO 40 – Assinale a alternativa correta:

- A) Não se localizando dinheiro em espécie, depósito ou aplicação em entidade financeira, por expressa ordem legal, os bens imóveis tem preferência sobre os demais.
- B) Sendo o devedor co-proprietário de bem imóvel indivisível, sobre este não poderá recair a penhora, em face à impossibilidade de que seja o bem levado à hasta pública.
- C) Tratando-se de penhora em bem indivisível, a meação do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem, de sorte que o bem será levado à hasta pública na sua integralidade e não apenas pela meação.
- D) Tratando-se de penhora em bem indivisível, a meação do cônjuge alheio à execução deve ser preservada, de sorte que o bem será levado à hasta pública apenas pela meação, com preferência de arrematação pelo cônjuge meeiro.
- E) É ilegal a ordem judicial que determina ao devedor indicar onde se encontram os bens sujeitos à execução posto que ninguém pode ser obrigado a fazer prova contra si.

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

QUESTÃO 41 – Analise as proposições abaixo e responda:

- I. A Organização Internacional do Trabalho – OIT, criada pelo Tratado de Versalhes e reconhecida pela ONU, em 1946, como organização especializada e competente para questões trabalhistas é composta pelos seguintes órgãos: Conferência Internacional do Trabalho, Conselho de Administração e Repartição Internacional do Trabalho, sendo que a sua produção normativa é constituída de Convenções, Recomendações e Resoluções.

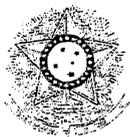


PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

- II. As convenções da Organização Internacional do Trabalho se constituem em tratados multilaterais de caráter normativo que visam a regular determinadas relações sociais, sendo que no Brasil, uma vez aprovadas pelo Congresso Nacional, passam a fazer parte do nosso direito positivo.
 - III. Desde que já vigore internacionalmente, a convenção obrigará o Estado-Membro em relação à Organização Internacional do Trabalho doze meses após a data em que registrar a respectiva ratificação.
 - IV. Pode ocorrer a denúncia expressa das convenções da Organização Internacional do Trabalho por ato explícito do Estado-Membro, no fim de um período de dez anos, a partir da data de entrada em vigor inicial; bem como pode ocorrer a denúncia tácita que decorre da ratificação de nova convenção pelo Estado-Membro em revisão da anterior, sendo que neste caso independe de prazo de vigência da ratificação.
- A) Apenas I e II estão corretas.
 - B) Apenas II está incorreta.
 - C) Apenas III e IV estão corretas.
 - D) Apenas II e IV estão incorretas.
 - E) Todas estão corretas.

QUESTÃO 42 – Considere as seguintes proposições e responda:

- I. No que concerne à norma jurídica a ser aplicada à relação de emprego, o princípio da “*lex loci executionis*”, foi expressamente assimilado pela jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, prevalecendo a aplicação das normas do país em que há a prestação de serviços e não por aquelas do local da contratação.
 - II. O Estado estrangeiro não dispõe de imunidade de jurisdição nas causas trabalhistas, pois essa prerrogativa de Direito Internacional Público tem caráter apenas relativo, segundo entendimento já sufragado pelo Supremo Tribunal Federal.
 - III. Aos empregados de navios e aeronaves deve ser observado o princípio do pavilhão, segundo o qual a lei a ser aplicada diz respeito ao local da contratação.
 - IV. O silêncio do Estado-réu, que não atende ao chamamento judicial, é bastante para configurar, nos termos de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, renúncia à imunidade de jurisdição.
- A) Apenas I, II e III estão corretas.
 - B) Apenas II e IV estão corretas.
 - C) Apenas I e II estão corretas.
 - D) Apenas II, III e IV estão corretas.
 - E) Todas estão corretas.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

QUESTÃO 43 – O artigo 28 da Lei nº 8.212/91 define o salário-de-contribuição de cada categoria específica de segurado, aduzindo que *“Entende-se por salário-de-contribuição..... a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa.”* Tal definição refere-se:

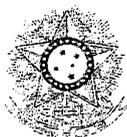
- A) Ao trabalhador eventual.
- B) Ao empregado.
- C) Ao trabalhador avulso.
- D) Ao empregado e ao trabalhador avulso.
- E) Ao empregado e ao trabalhador eventual.

QUESTÃO 44 – Acerca do salário-maternidade pode-se afirmar que:

- A) a empresa realiza o pagamento do salário-maternidade diretamente à empregada, compensando o valor pago com o valor das contribuições devidas sobre a folha de pagamento.
- B) A Previdência Social é a responsável pelo pagamento do salário-maternidade para a empregada doméstica.
- C) A Previdência Social é a responsável pelo pagamento do salário-maternidade para a contribuinte individual (autônoma e empresária).
- D) A Previdência Social é a responsável pelo pagamento do salário-maternidade em situações de em virtude de adoção.
- E) Todas estão corretas.

QUESTÃO 45 – Em se tratando de ação que tenha no pólo passivo uma entidade beneficente de assistência social, advindo a condenação ao pagamento de verbas de natureza salarial, a mesma deve recolher a parcela previdenciária:

- A) De vinte por cento sobre o total das parcelas de natureza salarial.
- B) De vinte por cento sobre o total das parcelas de natureza salarial e de 1%, 2% ou 3% para o financiamento do benefício previsto nos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e daqueles concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho.
- C) De vinte por cento sobre o total das parcelas de natureza salarial e os valores destinados ao sistema “S” (TERCEIROS).



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

- D) De 1%, 2% ou 3% para o financiamento do benefício previsto nos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e daqueles concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho e os valores destinados ao sistema "S" (TERCEIROS).
- E) Nenhuma das anteriores.

QUESTÃO 46 – No caso de empregado aposentado por tempo de serviço, que volta a trabalhar em outro emprego, é correto afirmar:

- A) Caso se afaste por auxílio-doença recebe os dois benefícios.
- B) Caso seja demitido sem justa causa terá direito o seguro desemprego.
- C) Caso seja demitido sem justa causa é vedado o recebimento conjunto do seguro-desemprego com o benefício de aposentadoria por tempo de serviço.
- D) Caso seja demitido sem justa causa não terá direito à multa de 40% sobre o FGTS.
- E) Quando o segurado que recebe aposentadoria por tempo de contribuição voltar a exercer atividade remunerada, não terá de contribuir, obrigatoriamente, para o INSS.

DIREITO EMPRESARIAL

QUESTÃO 47 - Analise as proposições abaixo:

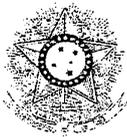
- I. As cooperativas são sociedades de pessoas, pois a realização do objeto social depende dos atributos individuais dos sócios e não da contribuição material que investem.
- II. Nas sociedades de pessoas a cessão da participação depende da anuência dos demais sócios.
- III. A existência da sociedade de fato somente pode ser provada por terceiros para responsabilizar os sócios solidariamente.
- IV. A natureza da sociedade importa diferenças no tocante à alienação da participação societária, à sua penhorabilidade por dívida particular do sócio e à questão da sucessão por morte.

Diante das assertivas supra assinale:

- A) São verdadeiras apenas as assertivas II e IV.
- B) Apenas a proposição III está correta.
- C) Apenas a proposição IV é falsa.
- D) São verdadeiras apenas as proposições I e III.
- E) São corretas todas as proposições.

QUESTÃO 48 - Assinale a alternativa correta

- A) A lei de falência considera certos atos praticados pelos sócios como sendo nulos ou anuláveis para evitar fraudes no momento pré-falimentar.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

- B) Serão considerados como ineficazes perante a massa falida, atos de sócios de uma sociedade empresária, que simulem alienação de bens do patrimônio social ou instituíam a favor de credor quirografário garantia real em troca de dívida inexistente.
- C) Por não terem agido com o intuito fraudulento, o ato que comprometer a realização do ativo ou frustrar o tratamento paritário dos credores, será objetivamente considerado válido perante a massa falida.
- D) O pagamento, no transcorrer do termo legal da falência, de dívida não vencida, mas pactuada por ato de vontade dos contratantes, será considerada válida perante a massa falida.
- E) Nenhuma das anteriores é correta.

QUESTÃO 49 - Assinale a assertiva correta:

- A) No processo de recuperação judicial é preciso proceder à verificação dos créditos para legitimar os credores interessados junto à Assembléia dos Credores, bem como para determinar o peso proporcional de seus votos.
- B) No processo de recuperação judicial é preciso proceder à verificação dos créditos para apuração do passivo a ser satisfeito na execução.
- C) Os empregados com direitos vencidos na data da apresentação do pedido de recuperação judicial devem receber no prazo máximo de três meses, devendo ser quitados em trinta dias os saldos salariais em atraso.
- D) No processo de recuperação judicial, todos os créditos podem ser objetos de amplas alterações de valor, forma de pagamento e condições de cumprimento.
- E) Nenhuma das anteriores é correta.

QUESTÃO 50 - Considerando a lei brasileira de franquia, analise as proposições abaixo:

- I. A venda de produtos do franqueador para o franqueado é requisito essencial da franquia, mesmo das comerciais.
- II. O contrato de franquia resulta de dois outros contratos empresariais: a licença de uso da marca, e, de outro, a prestação de serviços de organização de empresas.
- III. O contrato de franquia é atípico porque a lei não define direito e dever dos contratantes somente assegura ao franqueado o amplo acesso às informações indispensáveis à ponderação das vantagens e desvantagens relacionada ao ingresso em determinada rede de franquia.
- IV. A Circular de Oferta de Franquia estipula as diretrizes básicas para a elaboração de um contrato de franquia.

Diante das assertivas supra assinale:

- A) São verdadeiras apenas as assertivas II e III.
- B) Apenas a proposição III está correta.
- C) Apenas a proposição IV é falsa.
- D) São verdadeiras apenas as proposições I e III.
- E) São corretas todas as proposições.